

conferência autárquica online

**BLOCO DE ESQUERDA
27 FEV 2021**

CADERNO DE DEBATES



**conferência
autárquica
online**

BLOCO DE ESQUERDA
27 FEV 2021

**CADERNO
DE DEBATES**



Tendo lido a Proposta de Manifesto Autárquico, venho manifestar aqui a minha preocupação no que concerne às coligações pré-eleitorais.

Numa altura em que a extrema direita ascende perigosamente, entendo que deveria ser política do Bloco tomar a iniciativa no sentido de alianças com o PS e PCP. Dir-me-ão que estes Partidos não o querem, mas o BE parece não o querer também.

Já tive oportunidade de dar a camaradas o exemplo da minha Junta de Freguesia: Freguesia da Estrela, que abrange Madragoa, Santos e Lapa. Aqui o neonazi Ventura teve 15% dos votos (a maior votação do Concelho de Lisboa), e por favor não me digam que foram só franjas do CDS e PSD a votar; não, eu falo com as pessoas e houve também gente pobre, que anteriormente votava esquerda, a deixar-se enganar pelo seu populismo.

Camaradas, deixo aqui, portanto o meu apelo para que revejam esse ponto do Manifesto, sendo este o meu pequeno contributo.

Ana Paula Silva (n.º 15362)

Lisboa | Lisboa

Apresentamo-nos, atualmente, num momento único e determinante na nossa história enquanto homens e mulheres que anseiam por um futuro cada vez melhor, mais democrático e mais humanista. A luta pelos direitos humanos sempre foi a questão fundamental dos combates que a Esquerda, em geral, e o Bloco de Esquerda, em particular no nosso país, enfrentam.

Encontramo-nos hoje em uma pandemia à escala mundial que, segundo Bill Gates, poderia ser evitada tendo apenas 10% ou menos das mortes e não causando grande impacto na economia e por consequência na vida das pessoas se as organizações governamentais nacionais, internacionais e intergovernamentais realmente cooperassem em prol do sentido de comunidade. O mesmo Bill Gates, que previu a ocorrência da corrente pandemia em 2015, prevê a ocorrência de outro vírus potencialmente mais mortífero num futuro próximo. É certo e sabido que a contaminação ambiental, os processos industriais e a internacionalização de bens e pessoas criam condições muito férteis para disseminação de doenças à escala mundial, contudo as instituições de autoridade internacionais com os meios adequados podem e devem fazer a diferença. Com este coronavírus falharam-nos. A Organização Mundial de Saúde é uma organização fundamental nestes combates. Infelizmente, a mesma demorou mais de 1 ano a entrar no país originário do coronavírus para investigar as causas do seu aparecimento. A China investigou um dos médicos que tentou alertar inicialmente a comunidade internacional sobre o novo vírus por “espalhar rumores”. A Human Rights Watch achou estranha a candidatura de Tedros Adhanom a diretor geral da OMS, por ser de um país autoritário que perseguia jornalistas por andarem a “espalhar rumores” também. Para além de ser incoerente o homem forte de uma instituição que zela pela saúde mundial ser um político, é muito mais grave as consequências que decorrem destes factos que menciono. Na sociedade ocidental assistimos por isso a um aumento de discursos xenófobos em relação aos chineses e podemos deste exemplo tirar ilações para o que está a acontecer em geral na nossa sociedade.

Se nos pusermos no lugar de um típico cidadão, que não lhe são apresentadas expectativas nem avanços na sua carreira profissional, com salários reais a descer devido a um mundo cada vez mais capitalista, neoliberal e de isolamento restrito aos interesses particulares, com casos reportados diariamente de favorecimento ilícito, corrupção, abuso e desvio do poder que devia ser das pessoas e falta de planeamento e organização das instituições governamentais é de esperar que mais pessoas apelem cada vez mais a movimentos de extrema direita, deitando as culpas em minorias étnicas e em ideologias (marxismo), como acontece com o partido Chega. Não nos podemos esquecer que as pessoas escolhem estas correntes porque se sentem desesperadas e impossibilitadas de mudar o estado das coisas de outra maneira. A democracia tem de chegar às pessoas, o futuro tem de ser decidido por elas e por isso exorto a uma mudança radical estrutural da sociedade e da democracia em Portugal e no mundo. É tempo da Esquerda mudar o mundo. Mas para mudar o mundo, devemos primeiro mudar a nós próprios.

E a mudança começa nas pequenas comunidades...nas autarquias. O Bloco de Esquerda sempre teve um papel fulcral no ativismo político-social em Portugal. O ativismo como método serve para consciencializar as pessoas de problemas e soluções sociais. E só com grandes soluções resolveremos estes grandes problemas (não esquecer que daqui a 8 anos entramos no ponto de não retorno das alterações climáticas). Essas devem ser efetivas e credíveis. Devem apelar às populações que “sim, as coisas vão mesmo melhorar”. Devemos pois não apostar tanto no ativismo das lutas concretas, embora também fundamentais (igualdade de género, luta antirracista, etc) e apostar mais na luta geral contra o capitalismo, contra a alienação da sociedade e a favor de uma comunidade sã e sustentável. Encorajo, assim, o Bloco de Esquerda a apostar nestas alterações do ativismo atual e a pensar em soluções alternativas para a sociedade a apresentar no parlamento. Apresentarei algumas soluções e pontos de reflexão na alteração da proposta de Manifesto Autárquico, que dão exemplo do ponto de partida para a luta local que verdadeiros movimentos de Esquerda devem seguir neste momento, a meu ver. Realço também aqui que todos nós, como preconizadores da mudança pelos direitos das pessoas, devemos sempre dar-lhes em primeiro lugar o direito de decidir o futuro de modo transparente, que é o que mais precisam agora. Não devemos deitar as culpas nas elites nem na comunicação social nem nas pessoas. Sejam inteligentes. Em vez disso, transformemos as elites de modo a que haja uma sociedade de “elites dinâmicas”, com maior alternância de poderes entre pessoas e defendamos uma maior comunicação entre os diversos decisores políticos e entre os mesmos e o povo e regulação nos meios de comunicação (incluindo redes sociais).

Carlos Carvalho

Guimarães | Braga

A CIDADE EM QUE QUEREMOS VIVER

Na Área Metropolitana de Lisboa, onde vivemos, urge democratizar o acesso à habitação, revolucionar a forma como nos movemos, valorizar a produção artística e cultural e promover uma política de inclusão e de combate à violência racista, machista e LGBTfóbica. Como contributo para esta Conferência Autárquica, propomo-nos a refletir brevemente sobre caminhos a seguir para construir municípios onde os mais jovens possam viver, estudar, trabalhar e desenvolver-se livremente.

Em 2021, pagar uma renda na Região de Lisboa continua a representar um esforço enorme para as carteiras de milhares de jovens. A maioria dos estudantes aluga quartos cujos preços com contas podem chegar perto dos quinhentos euros. Vítimas da precariedade no mundo laboral e da especulação imobiliária desenfreada, o sonho de um dia poder comprar uma casa transformou-se numa miragem para a nossa geração. O preço da habitação e do arrendamento em Lisboa representa a maior fatia do custo de frequência do Ensino Superior, muitas vezes, impedindo os jovens de prosseguir os seus estudos. As residências universitárias públicas só garantem alojamento para cerca de 12% dos estudantes deslocados. A cidade só pode ser nossa se estiver consagrado o direito à habitação para todos e todas as jovens.

Uma cidade em que é dada primazia às deslocações de automóvel não é para jovens. Construir uma AML para os jovens estudantes e trabalhadores implica investimento no metropolitano, nos autocarros, nos barcos e nos comboios. O passe metropolitano foi uma conquista indispensável. No entanto, ainda há muito por fazer. Pugnar por centros urbanos sem carros passa, antes de mais, pelo reforço dos transportes públicos que ligam os vários concelhos entre si e reforçar a mobilidade sustentável, nomeadamente, o número de bicicletas e a extensão das ciclovias em toda a Região. Uma AML com futuro é verde, jovem e exige que revolucionemos a forma como nos movemos..

Uma das características mais interessantes das cidades é a produção cultural que nasce e borbulha dentro de si. A pandemia de Covid-19 deixou o setor da cultura ainda mais nas mãos da precariedade, e para contornar esta situação, é urgente que as autarquias incentivem a produção cultural dos jovens. O poder local deve desenvolver atividades culturais, reabilitando espaços multiusos de modo a permitir a realização de eventos culturais como concertos, sessões de cinema, teatro e de artes performativas, como forma de lazer e de enriquecimento pessoal e comunitário. O florescimento de uma nova geração de artistas começa com políticas autárquicas de incentivo à produção cultural.

Na AML há milhares de jovens negros, ciganos, LGBTI+ e vítimas de violência machista. Como jovens, somos um grupo diversificado, com diferentes necessidades e vítima de diferentes violências. As comunidades racializadas têm sido das principais vítimas da crise social e económica que vivemos e, por isso, são necessárias políticas públicas fortes de combate à discriminação e exclusão social nos nossos concelhos. Estas enfrentam diariamente obstáculos impostos pela discriminação da qual são vítimas na escola, no trabalho ou mesmo na fila do supermercado. Anos sucessivos de especulação imobiliária empurraram para as periferias e para os bairros sociais milhares de pessoas. Urge criar um plano de integração destes jovens na cidade e combater a discriminação e a violência racista. É um direito inalienável de todos e todas o usufruto pleno do espaço da sua cidade.

Uma AML para os jovens deve igualmente ser um espaço livre de violência LGBTfóbica. Precisamos de municípios nos quais as pessoas LGBTI+ se sintam seguras e possam andar livremente sem terem que olhar constantemente por cima do ombro, temendo o assédio físico e moral. Para nós, mulheres, a cidade é um espaço de múltiplas violências. Milhares de mulheres partilham o teto com os seus agressores. Simultaneamente, quando saímos à rua os nossos corpos são alvo de assédio, comentários, insultos e até violência sexual. Está na hora dos nossos municípios encetarem um combate sério à violência de género. O machismo, a LGBTfobia e o racismo têm que ser combatidos para que as nossas cidades sejam inclusivas, seguras e livres de opressão. Uma cidade para todos e todas as jovens só pode ser um espaço feminista, antirracista e LGBT.

Que cidade queremos, então, construir? No final deste ano, seremos chamados para decidir sobre o futuro dos nossos municípios. O Bloco de Esquerda deve afirmar-se como a alternativa socialista, que apresenta um projeto democrático e plural capaz de transformar os nossos concelhos, arrancando-os das mãos do

privilégio e da exclusão e devolvendo-os às pessoas que nelas habitam, trabalham e estudam. Será, nos próximos meses, a nossa tarefa construir um programa transformador que dê corpo à cidade pela qual lutamos.

Leonor Rosas, Lisboa | Lisboa

Raquel Vitorino, Loures | Lisboa

A COMUNICAÇÃO COMO EIXO FUNDAMENTAL NO TRABALHO LOCAL

Nas últimas eleições, o Bloco deu um pequeno salto na sua presença naquele que é um dos eixos fundamentais da disputa política em Portugal. Nas eleições autárquicas de 2017, centenas de camaradas foram eleitos um pouco por todo o país, destacando-se naturalmente a eleição de 12 vereadores. Passados quase 4 anos desse resultado, com algumas substituições, muito trabalho e uma pandemia pelo meio, é essencial falarmos de algo que pode ser melhorado substancialmente.

Sabemos que o trabalho autárquico, seja em que órgão for, é um campo de batalha que exige muito trabalho invisível. Quantos milhares de documentos vos passaram pelas mãos nos últimos 4 anos? Quantas horas militantes foram investidas em leituras, em debate, em preparação de propostas? Conheço de perto o trabalho de muitos dos nossos autarcas e de outros, só posso imaginar. Sei que a força de quem elegemos é praticamente inesgotável, mesmo nos contextos mais inóspitos. Combater os poderes locais instalados é combater a corrupção, é combater os compadrios, é querer oferecer o nosso melhor para que o desenvolvimento das nossas terras seja feito por todos e para todos.

Mas preciso de perguntar-vos algo que me parece essencial. Depois de tanto trabalho, de tantas horas investidas, qual é o resultado prático? A maior parte dos executivos terá ignorado as nossas propostas e denúncias, mas importa sabermos como é que o nosso trabalho é reconhecido pela população. Quem conhece realmente o nosso trabalho local? Quem soube que o Bloco conseguiu aquela pequena vitória na Assembleia Municipal ou de Freguesia? Qual o impacto que tem tido o vosso empenho político?

Se uma árvore cai na floresta e ninguém está perto para ouvir, será que faz um som? Este exercício mental pode ser aplicado também ao nosso trabalho local. Será que todas as árvores que plantamos ou erva daninha que arrancamos no meio da floresta de informação e burocracia chega às pessoas? Comunicamos muito em épocas de campanha, é certo. Produzimos folhetos, fazemos outdoors, falamos com as pessoas e, normalmente, até o fazemos bem. Reconhecem-se algumas caras, relembra-se a proposta feita e executada, mas será que a comunicação em campanha é suficiente?

Precisamos olhar para a comunicação, não como algo útil para divulgar o que foi feito, mas sim para divulgar o que está a ser feito, como parte essencial do processo de fazer política. É preciso ler, estudar, escrever, intervir, fazer pontes e construir maiorias, mas também é preciso comunicar, e pensar como fazê-lo do início ao fim de cada disputa local.

É essa a visão que os partidos mais inovadores na esquerda internacional nos ensinam e é essa a atitude que temos de trazer para o nosso trabalho autárquico. Se ninguém souber do nosso trabalho, para que serviram todas aquelas horas investidas? A política não pode se esgotar nas reuniões de Câmara ou de Assembleia. Tem de transbordar para que possa informar a população mas sobretudo para que possa envolvê-la. Para que a política seja um direito e não um dever a cada quatro anos.

O Bloco, a sua direção e a coordenação autárquica têm de dar um passo que, todos sabemos, é muito necessário nos próximos mandatos para expandir a presença local deste partido que nos une. Precisamos garantir um apoio permanente na comunicação do trabalho local do partido em todo o país. Não podemos substituir o trabalho de quem está no terreno, mas é possível garantir as ferramentas, sejam políticas ou técnicas, para que a comunicação faça parte do processo todo e não só do resultado.

Rodrigo Rivera

Lisboa |Lisboa

A SEMENTE DA ALTERNATIVA SOCIALISTA MUNICIPAL EXISTE. DEVEMOS APRENDER COM ELA

A crise provocada pela pandemia veio expor, ainda mais, a incapacidade do modelo socioeconómico vigente, marcado pela financeirização, pela austeridade e pela privatização de serviços públicos, em assegurar as condições mínimas exigidas para uma vida digna para a maioria da população.

A expressão local destas políticas promoveram uma verdadeira 'corrida para o fundo' que tem vindo a levar muitas autarquias e regiões a competir por investimento privado, através da facilitação da especulação imobiliária, dos contratos públicos sem critérios sociais, da isenção de impostos sobre o capital e da venda de património público a preço de saldo.

O Bloco afirma-se como a alternativa ao rejeitar estas políticas nos concelhos onde consegue representação. No entanto, devemos ir mais longe e traçar as linhas gerais de um modelo de desenvolvimento local e regional, que rompa com o modelo de produção capitalista assente na exploração da humanidade e do planeta que apenas beneficia uma minoria.

Nesse sentido, as experiências socialistas municipais, desenvolvidas no Reino Unido por autarcas do partido trabalhista, como Matthew Brown em Preston^[1] e Paul Dennett em Salford^[2], são fundamentais. São exemplos concretos e experimentados de políticas de desenvolvimento que rompem com a 'corrida para o fundo'.

Estas experiências fazem parte daquilo que se convencionou denominar como o modelo de Preston. O objetivo central do modelo é a construção de economias locais solidárias, sustentáveis e controladas democraticamente.

[1] Singer, Clifford (2016) 'The Preston Model', Next System Project, disponível em: <https://thenextsystem.org/the-preston-model>

[2] Dennett, Paul (2021) 'Sensible Socialism: The Salford Model', Tribune, disponível em: <https://tribunemag.co.uk/2021/01/sensible-socialism-the-salford-model>

No modelo de Preston, o investimento público é canalizado para a sociedade através das 'instituições âncora'. Estas instituições, devido ao seu peso no tecido social local e pelo facto de não se poderem deslocar, têm um papel estruturante nas economias locais. São exemplos as universidades, escolas, hospitais, grandes empregadores, etc. O modelo preconiza que seja transferido o máximo possível do investimento e gastos destas instituições para a economia local, através dos seus contratos públicos, dessa forma contribuindo para circulação e captura de riqueza dentro da comunidade.

Este modelo assenta numa visão maximalista dos contratos públicos, que reconhece a função estrutural que estes podem ter na economia. No modelo de Preston, a contratação pública é um instrumento que dá prioridade à redistribuição da riqueza, à dignificação do trabalho, à defesa de critérios sociais e ambientais e à valorização da economia local. Os pensadores do modelo chamam a isto contratação pública progressista.

Através da liderança política e desta visão maximalista dos contratos públicos, os autarcas de Preston, juntamente com as 'instituições âncora', garantem que os contratos mais relevantes sejam apenas concedidos a entidades comprometidas com o desenvolvimento de cadeias de abastecimento locais, com a defesa dos direitos dos trabalhadores e com a redução das emissões de carbono.

Entre 2012 e 2017, o investimento ligado à contratação pública retido dentro dos limites territoriais do município disparou de cerca de 38 milhões de libras para 112 milhões^[3].

Aliado a isto, o modelo de Preston faz uma promoção ativa de formas alternativas de propriedade e de organização social, como as cooperativas de trabalhadores, empresas públicas, fundos comunitários e iniciativas de planeamento público. Exemplo disso, foi a criação de instituições como a Preston Co-operative Network, entre outras, com a missão explícita de promover a democracia no local de trabalho e a ajudar iniciativas cooperativas no concelho^[4].

Ao canalizar investimento público para estes setores, os autarcas de Preston estão a contribuir para a erosão das velhas formas de organização social hierárquicas e não-democráticas, ajudando a construir uma alternativa social real e tangível aos trabalhadores e às populações.

Os autarcas de Preston ambicionam ir ainda mais longe. Segundo um dos fundadores do modelo, no futuro pretende-se criar instituições de crédito locais públicas, de modo a financiar iniciativas no concelho fora dos circuitos da banca especulativa. Também existem planos para desenvolver, por iniciativa municipal, uma empresa regional fornecedora de energia e aplicar os princípios de Preston a outros territórios^[5].

Apesar desta política ter pouco mais de 10 anos, já está a dar frutos.

Preston era mais uma cidade no Noroeste do Reino Unido, governada por uma coligação de direita dos Conservadores e Liberais Democratas, fustigada pela desindustrialização e por décadas de austeridade^[6]. Atualmente, a realidade é bem diferente: Em 2011 os Trabalhistas de esquerda tomaram o poder e conseguiram reverter a tendência de abandono e degradação. Com estas políticas foi possível travar a fuga de

[3] CLES & Preston City Council (2019) 'How we built community wealth in Preston: achievements and lessons', disponível em: <https://cles.org.uk/publications/how-we-built-community-wealth-in-preston-achievements-and-lessons/>

[4] Manley, Julian & Froggett, Lynn (2016) 'Co-operative Activity in Preston', Universidade de Central Lancashire, disponível em: <http://clouclan.ac.uk/14526/1/Cooperative%20activity%20PrestonREPORT%20copy.pdf>

[5] Rawlinson, Martyn (2019) 'One, Two, Many Prestons', Tribune, disponível em: <https://www.tribunemaq.co.uk/2019/04/one-two-many-prestons>

[6] Sheffield, Hazel (2017) 'Poverty was entrenched in Preston. So we became more self-sufficient', The Guardian, disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2017/feb/14/poverty-was-entrenched-in-preston-so-we-became-more-self-sufficient>

riqueza e investimento para fora, contribuindo assim para a circulação e redistribuição da riqueza dentro da comunidade; reforçaram-se os mecanismos de planeamento colaborativo, devolvendo poder às populações; o desemprego e as desigualdades diminuíram^[7]; e os indicadores de saúde, mobilidade, equilíbrio entre vida profissional e familiar, etc. aumentaram significativamente^[8,9].

Contudo, devemos ser prudentes com todas as transposições de modelos construídos em contextos específicos para contextos distintos. A realidade socioeconómica e política do Reino Unido é muito distinta da Portuguesa, apesar de ambos serem estados muito marcados pelo centralismo. Mesmo assim, as lições de Preston sobre o impacto da liderança política à esquerda e sobre o impacto que a redefinição das prioridades do investimento público podem ter na vida concreta das pessoas, devem ser bem estudadas pelos autarcas do Bloco.

Ao apontar caminhos alternativos assentes na justa redistribuição de riqueza, na redução das desigualdades territoriais e no empoderamento das populações e dos trabalhadores, experiências como o modelo de Preston lançam as sementes para a construção de programas políticos socialistas, capazes de mobilizar maiorias sociais transformadoras.

João Moniz

Aveiro | Aveiro

O Bloco de Esquerda, através da sua força e postura, deve ser visto pelo eleitorado como a alternativa. Onde ainda não foi iniciado, o BE deve avançar com a sua dinâmica para o combate autárquico. Este trabalho deve começar pela identificação das necessidades concelhias e a clara apatia do poder autárquico na resolução, a tempo, das carências existentes. Deve daí partir para a afirmação do seu projeto, apresentando desde logo as suas propostas. Desta forma poderá impor a agenda política e reforçar o seu poder negocial para qualquer possibilidade de aliança pré-eleitoral. O BE deve ser identificado como o Partido agregador da sociedade civil, podendo desta forma minimizar o aparecimento de listas independentes, as quais na realidade acabam também por prejudicar o voto no BE.

O BE está em evolução na área autárquica, devendo reforçar a sua presença nos órgãos autárquicos. As eleições autárquicas, sendo as eleições de maior proximidade e de realidades muito diferentes em cada concelho, deve levar o BE a realizar alianças pré-eleitorais onde sejam pertinentes. A aliança pré-eleitoral deve contribuir para uma solução de alteração de poder e inversão da situação municipal, negociando-se atempadamente a posição de cada força política no pós-eleições.

A atual proposta para a conferência autárquica parece-me bastante alargada quanto a propostas, no entanto contribuo com as seguintes:

[7] Lancashire City Council (2015) 'Indices of deprivation 2015', disponível em: <https://www.lancashire.gov.uk/lancashire-insight/deprivation/indices-of-deprivation-2015/>

[8] The Guardian (2018) 'Preston named as most improved city in UK', 1 de novembro, disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2018/nov/01/preston-named-as-most-improved-city-in-uk>

[9] Holt, James (2021) 'I wouldn't live anywhere else' say residents as Preston named best city to live in North West', Lancashire Post, disponível em: <https://www.lep.co.uk/news/people/i-wouldnt-live-anywhere-else-say-residents-preston-named-best-city-to-live-north-west-3133633>

1 – Responder à crise social e económica criada pela pandemia

1. Proposta:

- No apoio alimentar, criar o cartão família com um valor mensal para compras no comércio local.
- Entrega regular de máscaras à população e também no pacote de apoio alimentar.
- Criar condições para a cobertura total no pré-escolar.
- Criar formação profissional como forma de requalificação profissional e de preenchimento de paragem profissional, sendo duplamente positiva esta medida.
- Pugnar pelo aumento do voluntariado nas instituições.

2 – Garantir o direito à Habitação

O Imobiliário é visto em Portugal como um negócio. O recurso ao crédito para aquisição de habitação é uma forma de dependência familiar que condiciona o agregado familiar na sua capacidade de disponibilizar tempo para a sua vida social ou para a sua participação cívica.

O levantamento Nacional das necessidades de realojamento habitacional apresentavam já aquando da sua publicação valores por defeito, algo que neste momento e após a pandemia vieram certamente piorar a realidade. Ainda assim, existiam na altura da apresentação do levantamento 187 municípios com necessidades habitacionais, cerca de 61% do total do País.

2. Propostas:

- Criação do Provedor do Inquilino
- Criação de Apoio ao Arrendamento Municipal.
- A habitação devoluta deve ser reabilitada pelo Município e colocada para oferta de arrendamento, colmatando parte das necessidades de curto prazo.
- Criação de Habitação Social/Acessível nas várias freguesias, com enfoque para a regressão da desertificação destas áreas.
- Revisão do Regulamento Habitacional de forma a eliminar as condições limitadoras de acesso aos concursos de arrendamento habitacional.

3 – Lutar pelo Clima e Mudar a Mobilidade

3.1 Proposta:

- Criação de corredores verdes

3.4 Proposta :

- Investimento nas recuperação das estruturas dos Bombeiros, assim como nas viaturas.
- Forte incremento de formação nos Corpos de Bombeiros.

4 - Combater as desigualdades sociais e reforçar os serviços públicos

4.2 Proposta:

- Criação de ações de sensibilização para boa gestão da água.

4.4 Proposta:

- Alargamento às 24 horas do funcionamento das urgências dos Centros de Saúde, em Municípios que distem mais de 30 minutos do Hospital Central.

4.5 Proposta:

- Alargamento da oferta de creche e pré-escolar.

4.6 Proposta:

- Protocolar com as entidades/instituições culturais um valor acessível aos espetáculos, dando a possibilidade a um público mais débil financeiramente poder usufruir de todo o espectro cultural.

4.7 Proposta:

- Alargamento e melhoria da oferta municipal em cuidados dos animais, de forma a abranger os munícipes mais necessitados, que por carência económica não dão a melhor resposta, em termos de tratamento, aos seus animais.

4.8 Proposta

- Aumento do rendimento dos trabalhadores, de forma a evitar o condicionamento do poder de compra. Cerca de 11% dos trabalhadores, vivem na pobreza.
- Teto máximo nas reformas

5 - Defender a igualdade plena

5.1 Proposta

- Pugnar pela manutenção da vítima no seu contexto familiar com o afastamento do violador para local temporário.

6 - Democracia, Transparência e Combate à corrupção

6.1 Proposta

- Reuniões dos órgãos autárquicos no horário pós-laboral.

6.2 Proposta

- Regionalização com voto direto e entidade supramunicipal a agregar as competências descentralizadas, por razões de escala e de eliminação do caciquismo autárquico.

6.4 Proposta

- Receitas Municipais - Substituir a receita do IMI pelo IVA, eliminando assim a ambição urbanística e a economia paralela.

Luís Manuel da Rosa Fernandes - nº 13122

Tavira | Faro

COLIGAÇÕES E CASOS EXCEPCIONAIS

Este nosso contributo visa esclarecer as razões que nos levam a propor uma alteração ao texto do Manifesto.

Não temos dúvidas que uma coligação a nível nacional com o PS é errada e indesejável. Mas o próprio Manifesto reconhece que situações já existentes (Coimbra e Funchal, supomos) devem ser reapreciadas, por serem casos excepcionais.

Ao propormos uma redacção alterada do Manifesto pretendemos salvaguardar que podem existir outras situações excepcionais, que a direcção nacional deve apreciar.

Elas serão, a nosso ver, as que cumpram os quatro requisitos, que seguidamente se enumeram, e julgamos também que serão raríssimas no país.

Em primeiro lugar, só farão sentido em concelhos onde a direita está há tanto tempo no poder que o sentimento de a arredar de lá se tornou uma prioridade para os eleitores de esquerda, acabando com a rede de várias gerações de corrupção e nepotismo que essa direita construiu.

Em segundo lugar, o PS local terá de ser visto pelos eleitores como uma entidade desde sempre arredada pelas sucessivas maiorias absolutas da direita de qualquer participação nessa rede, e estar disponível, de forma inequívoca, para uma geringonça local, com um histórico de relacionamento local entre partidos que o permita.

Em terceiro lugar, terá de construir-se um acordo escrito detalhado, que preserve a autonomia da acção política do BE durante e após as eleições, e também um plano de campanha com isso condizente, em torno do lema "tirar a direita da Câmara".

Por último, uma coligação só fará sentido em concelhos em que o histórico da acção local do BE assegure que ele tem uma efectiva capacidade de intervenção.

Sem tudo o que foi dito antes assegurado, resumir-se-ia o BE local ao triste papel de muleta irrelevante do PS.

Repetimos: situações como essa serão raríssimas, mas devem ser analisadas, e a redacção do Manifesto não deve fechar liminarmente essa porta.

Francisco Couto e Silva (4052, Maia | Porto), Manel Cristóvão Pimenta (10509, Maia | Porto), Sérgio Sousa (9147, Maia | Porto), José Pedro Fernandes (6388, Maia | Porto), Maria de Fátima Silva (8780, Maia | Porto), Nelson Maia (14257, Maia | Porto), Jorge Santos (7882, Maia | Porto), Silvestre Pereira (1262, Maia | Porto).

O QUE PODE O PODER LOCAL CONTRIBUIR PARA UMA MUDANÇA À ESQUERDA?

O Poder Local democraticamente eleito foi uma das maiores conquistas do 25 de Abril de 74. Pois permitiu que as populações pudessem intervir nos assuntos que lhe estavam mais próximos. Os poderes autárquicos foram aumentando ao longo das décadas, quer em poderes quer em financiamento, mas falta cumprir a Constituição, ou seja, a REGIONALIZAÇÃO. Esta forma de organização política irá aprofundar a democracia envolvendo os cidadãos nas decisões como o ambiente, os transportes, a saúde e a educação.

A EDUCAÇÃO é a variável fulcral de todo o desenvolvimento pois permite que se dê continuidade ao futuro. Um povo culto e instruído consegue ultrapassar as suas vicissitudes, pelo contrário um povo sem cultura e sem instrução será escravo de outras sociedades mais desenvolvidas.

O Poder Local é um instrumento de importância acrescida visto que a gestão das escolas básicas e secundárias são da responsabilidade das autarquias.

O maior INVESTIMENTO que uma sociedade pode fazer é na educação!

A escola pública é o SERVIÇO PÚBLICO que permite unir todos os portugueses num objetivo comum - aprender e adquirir competências.

Para uma MAIOR INCLUSÃO a escola deve transformar-se de modo a aumentar o horário de funcionamento e oferecer atividades extracurriculares, como o desporto, a cultura (dança, música e teatro) e a tecnologia.

Lutemos para uma melhor e maior escola onde todos nos podemos orgulhar!!!

Lisboa, 20/02/2021

João Paulo Freitas Barros Luís

Lisboa | Lisboa

CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA CONFERÊNCIA AUTÁRQUICA DO BLOCO DE ESQUERDA

O Grupo +60 debateu e aprovou um caderno Reivindicativo atualizado das reivindicações que devem orientar o BE na defesa dos seniores.

Representando cerca de ¼ da população do país, milhares de idosas e de idosos enfrentam pensões abaixo do limiar da pobreza. Apesar disso, são, entre as famílias com mais dificuldades, apoio a filhos e netos, a braços com trabalhos precários e mal pagos.

Não podemos nós, enquanto autarcas do BE, deixar de reivindicar para esta camada crescente da população, condições mínimas de dignidade.

Esta situação tornou-se mais difícil ainda com a crise social instalada devido à pandemia, provocada pelo desemprego e pelo lay off. É preciso acudir aos filhos e netos frequentemente com os seus fracos recursos, incluindo a partilha da habitação.

Por outro lado, a crise sanitária abateu-se sobre os idosos, provocando cerca de 5000 óbitos e revelou a situação deplorável desta população nos lares. O Estado demitiu-se das suas responsabilidades na função de assegurar as condições aos mais idosos e idosas de uma velhice com dignidade, deixando essa tarefa a privados e a IPSS, a quem financia, mas que não fiscaliza devidamente. E isto sem falar nas condições dos lares ilegais onde estão os reformados mais pobres.

Temos de recordar que a população sénior construiu este país e cuidou das gerações seguintes. Muitos deles e delas passaram anos em privação das liberdades, sem direito a assistência na saúde, a habitação e a educação. Quem tem hoje 70, 80 ou 90 anos viveu largos anos em regime fascista em que esses direitos eram negados. E quantos desses e dessas vos poderão contar que passaram fome durante períodos da sua vida...

Por isso, enviamos esta conferência o trabalho que realizámos, na parte que se relaciona com as autarquias, a fim de que possam utilizá-lo nos seus programas.

CADERNO REIVINDICATIVO ATUALIZADO DO GRUPO +60 DO BLOCO DE ESQUERDA
(pontos relacionados com o programa autárquico*)

Autarquias

- Criação de Gabinetes de Apoio aos Seniores, nomeadamente no apoio ao acesso a aplicações informáticas (segurança social direta, e-fatura, portal das finanças entre outras) em todas as freguesias e uniões de freguesias;
- Criação de um serviço de pequenas reparações domésticas (canalizações, instalações elétricas, janelas, etc.) a fim de reduzir os acidentes domésticos e contribuir para a poupança de água e de eletricidade;
- Sinalização adequada nas zonas habitacionais garantindo maior segurança aos idosos e/ou portadores de incapacidade física;

- Em articulação com as autarquias, a adoção de medidas que permitam melhorar a mobilidade e o apoio domiciliário, incluindo serviços de saúde, combatendo o isolamento social dos idosos;
- Sejam assegurados pelas autoridades autárquicas equipamentos urbanos que facilitem a circulação e a socialização dos idosos e/ou portadores de deficiência como, por exemplo, a construção de passeios nivelados e planos rebaixados nas zebras, jardins, bancos, zonas cobertas para convívio e equipamentos de exercícios adaptados a seniores e a portadores de deficiência;
- Apoio na Limpeza dos Terrenos, no caso de os proprietários não terem condições físicas ou não disporem de recursos económicos.

Saúde

(...)

- Garantia de transporte gratuito para seniores mais carenciados ou sozinhos nas deslocações para tratamentos de saúde.

Contexto de pandemia

(...)

- Distribuição intensiva e gratuita de máscaras à população sénior e/ou com morbilidades associadas consideradas, portanto, como grupo de maior risco.

Habitação

(...)

- Disponibilização de património público para programas de habitação;
- Suspensão imediata das ações de despejo para reformad@s e pensionistas, independentemente dos anos em que tenha residido na habitação;

(...)

- Programa para adaptação de casas para mobilidade condicionada;
- Programa de reabilitação com vista a melhorar a eficiência energética.

Transportes / mobilidade

- Gratuitidade nos transportes públicos para reformad@s e/ou maiores de 65 anos em todo o país;

- Alargamento dos passes sociais (urbanos e intermodais), com as mesmas condições, a todas as pessoas reformadas, pensionistas e/ou maiores de 65 anos;

- Transportes inclusivos adaptados.

Lares e apoio domiciliário

- Debate público sobre modelos públicos alternativos aos lares;

- Acompanhar e estar ativo na fiscalização rigorosa dos lares, centro dia e serviços de apoio domiciliária, de acordo com a legislação que permita uma intervenção corretiva imediata;

- Criação de uma Rede Pública de Apoio ao Idos@, incluindo Estruturas Residenciais para Idos@s e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e de Centros de Proximidade, em parceria entre o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Ministério da Saúde e Autarquias;

(...)

Serviços diversos

(...)

- Generalização a todo o território nacional da atribuição automática da tarifa social da água e resíduos;

- Generalização a todo o território nacional da garantia de acesso à tarifa social automatizada de Internet;

- Reforço do Fundo de Emergência Social (FES), que atenda a necessidades dos idosos em despesas prementes que não possam pagar nas áreas da saúde, da habitação ou outras;

(...)

Cultura e lazer

- Criação de legislação que garanta um desconto de 50% a aposentados e pensionistas e/ou maiores de 65 anos na entrada em todos os espaços culturais geridos pela administração central, regional ou local e por empresas públicas ou municipais;

- Que sejam mobilizados os saberes dos seniores, identificados como figuras de referência nas diversas áreas, para enriquecimento de projetos locais sejam culturais, recreativos ou educativos, como as bibliotecas municipais e os teatros;

- Garantir através das autarquias acesso as universidades seniores a utentes de rendimentos baixos.

* O documento global será publicado no site do Bloco de Esquerda, no campo destinado ao Grupo +60.

Pelo Grupo +60

Coordenação

Isabel Ventura (aderente nº 7705 – Lisboa / Lisboa)

António Baião Costa (aderente nº 293 – Loures / Lisboa)

SAÚDE E MIGRANTES – A INTERVENÇÃO DO BLOCO NO EXECUTIVO EM LISBOA

As autarquias têm a capacidade de promover políticas de proximidade que respondam aos desafios locais, complementando as políticas de âmbito nacional. A articulação entre as autarquias e as estruturas do Estado Central é imprescindível quando falamos da necessidade de intervenção numa área como a saúde, e no garante de um acesso universal.

A saúde é um dos principais indicadores de integração numa comunidade e também ela resultado de um conjunto de fatores como a habitação, o trabalho, a língua e as referências culturais. O contexto de pobreza e exclusão social, a discriminação, as condições laborais precárias e o dificultado acesso aos serviços de saúde fazem aumentar os riscos de doença, com especial incidência na população migrante. Toda esta realidade é amplificada pela pandemia que agrava as desigualdades e expõe as fragilidades pré-existentes.

Muito embora a Constituição portuguesa preveja o reconhecimento do princípio da igualdade entre todos os cidadãos, estrangeiros e nacionais, e a Lei de Bases da Saúde de Semedo e Arnaut seja clara ao definir como beneficiários do SNS os “migrantes com ou sem a respetiva situação legalizada”, a evidência do dia a dia mostra que muito falta ainda a fazer.

Tudo isto é materializado e visível na incidência da COVID-19 na população migrante em Lisboa. Conforme estudo feito pelo Governo, cerca de 23% da população com COVID-19 era migrante, quando estes apenas representam cerca de 6% de toda a população. Assim se espelha a desigualdade em saúde nas pessoas migrantes.

O problema está identificado, e apesar de existirem dificuldades transversais no acesso à saúde, principalmente quando falamos de populações mais vulneráveis, as barreiras são tanto maiores quando falamos de cidadãos migrantes em comparação a cidadãos autóctones. Para este problema só pode haver uma resposta: políticas públicas que combatam a discriminação, que façam cumprir os direitos e dotem os serviços públicos de mais meios e capacidade para fazer face a todos os desafios.

A Vereação do Bloco em Lisboa com o Pelouro dos Direitos Sociais e Educação sabia o desafio que tinha nesta matéria. Lisboa, cidade de muitas oportunidades e com o maior rendimento médio, mas que tem também a maior desigualdade do país. É em Lisboa que mais escasseiam médicos de família e onde um só centro de saúde tem cerca de 15 000 migrantes inscritos sem médico de família. Para além disso, a resposta à pandemia colocou ainda mais urgência nas medidas a executar.

Para avançar direitos no acesso à saúde por parte dos migrantes é necessário intervir em três dimensões:

1. Diagnóstico sobre o real estado do acesso à saúde de migrantes. Em Lisboa este diagnóstico foi realizado com apoio de universidades públicas, com os centros de saúde e com a própria comunidade migrante. A autarquia financia e é parte integrante do estudo. Os resultados do diagnóstico devem servir de suporte à mudança e de ferramenta de visibilização desta temática.
2. Primeiro balcão dedicado à inscrição de pessoas migrantes no SNS. Uma autarquia deve ter pontes de ligação com as estruturas locais de saúde e apoiar estas estruturas com mais ferramentas para que os profissionais do SNS tenham todas as condições para assegurar os direitos das comunidades migrantes no seu acesso à saúde. Este balcão pretende ultrapassar todas as barreiras administrativas e linguísticas de acesso ao SNS. Foi também disponibilizado apoio financeiro para a tradução de informação de saúde, financiamento de programas inclusivos de acesso à saúde, nomeadamente saúde materno infantil e sexual, apoio à formação de profissionais do SNS para a garantia do cumprimento dos direitos das pessoas migrantes e está planeada a contratação de mediadores culturais para estruturas do SNS;
3. Dar voz e suporte à população migrante. Com a Vereação do Bloco, o Plano Municipal de Integração de Migrantes é feito com participação direta dos próprios e as medidas são em grande parte resposta à manifestação das suas expectativas. É também por isso que toda a informação de suporte ao acesso ao SNS é discutida junto da própria comunidade migrante para que esta seja efetiva e sirva o seu principal propósito. Não se podem fazer políticas públicas democráticas e de qualidade sem a voz dos próprios cidadãos e cidadãs.

Os tempos que atravessamos são de reforçado desafio. As crises criam e agravam desigualdades já existentes. A garantia do acesso à saúde por parte da população migrante é, para além da garantia de um direito humano, a responsabilidade de cumprir a democracia e o SNS de Abril que é universal. A atuação do Bloco nas autarquias, seja com responsabilidades executivas, seja como oposição, deve ter a capacidade de fazer avançar direitos e garantir que a saúde é um deles. Garantir que a condição migratória não veda acesso a um direito humano essencial deve ser uma das prioridades.

Nuno Veludo, Lisboa | Lisboa

Joana Teixeira, Lisboa | Lisboa

E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL DA SOCIEDADE?

O combate transversal a todas as formas de exclusão confere centralidade à promoção de políticas públicas para as pessoas em situação de sem abrigo (PSSA), como sujeitos/as de direitos e não como objetos de assistencialismo.

Os dados nacionais mais recentes, de 31 de dezembro de 2018, apontavam para cerca de 6044 pessoas em situação de sem abrigo no país. Nesse período tínhamos em Lisboa 2473 - 1967 pessoas sem casa (em alojamentos provisórios) e 361 sem teto (a viver na rua) e no Porto 700 PSSA. Esta realidade foi agravada pela crise social e económica que atravessamos, decorrente da crise sanitária e da falta de medidas públicas e atempadas, nacionais e municipais, dirigidas à população mais vulnerável, na qual se inclui as PSSA.

Em Lisboa uma monitorização realizada pelo NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo) entre 1 de Janeiro e 31 de Outubro de 2020 revela 356 PSSA na condição de sem-teto. As mulheres representam um universo de menos de 10% destas pessoas, mas são as mais vulneráveis na rua, sujeitas a todo o tipo de violência física e sexual.

Nesse levantamento há outros números a reter: 28 pessoas estavam na rua há menos de 1 mês, 69 pessoas há menos de 6 meses, 43 entre 6 meses e 1 ano, 111 entre 1 ano-5 anos, o resto das pessoas estava na rua há mais de 5 anos. Ou seja, quase 28% das pessoas viviam na rua desde que a pandemia lhes levou os empregos precários e com isso a habitação.

O quadro atual é, efetivamente, de emergência. E as autarquias, no âmbito das suas competências, têm obrigação de - a par do estado central ou em sua substituição por ausência de medidas - dar resposta célere, adequada e adaptada à nova realidade.

Foi neste contexto que a CML, através do pelouro dos direitos sociais, na mão do Bloco, abriu em março de 2020 quatro centros de alojamento de emergência para a população em situação de sem-abrigo. Das mais de 800 pessoas que por lá passaram - umas na rua há muitos anos e já sem esperança e confiança nas instituições; outras recentes, porque vítimas sociais da pandemia - várias centenas foram encaminhadas para respostas permanentes de habitação, de emprego ou outras soluções de integração social.

São respostas inclusivas, inovadoras e multidimensionais que vão muito para além da satisfação de necessidades básicas de alimentação, dormida e higiene. Incluem o acompanhamento nas áreas psicossocial, da saúde física - reintrodução das pessoas no SNS, rastreios a várias doenças - e mental; ao nível dos consumos de drogas, com o objetivo de redução de riscos e minimização de danos - em articulação com o programa móvel de consumo vigiado, com o programa de substituição opiácea de baixo limiar de exigência (metadona) e com o programa de troca de seringas -; do consumo de álcool, através de protocolo com a Unidade de Alcoologia de Lisboa, de tratamento de baixo limiar para prevenção do síndrome de abstinência alcoólica.

E são espaços, que albergam em simultâneo mais de duas centenas de pessoas, com atividades desportivas e de lazer e onde a democracia participativa é a prática, com plenários mensais de utentes que dizem de sua justiça e fazem propostas que são votadas e quando aprovadas são aplicadas. A participação das pessoas alojadas nas tarefas do dia-a-dia é também incentivada.

O aumento diário do número de vítimas sociais desta crise torna emergente a definição de uma estratégia de intervenção estruturada, articulada e sustentada a nível nacional que permita proteger os/as que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade. Mas às autarquias, pela sua maior proximidade e conhecimento das situações, exigem-se também medidas imediatas.

Com o investimento adequado e a visão certa é possível tirar as pessoas da rua, reorientando as políticas em diferentes áreas: habitação, saúde, emprego, formação profissional, educação, capacitação, proteção social, etc.

Alguns exemplos de medidas concretas: acesso à habitação apoiada (disponibilização de casas municipais de renda apoiada ou de apartamentos partilhados ou ainda o modelo "housing first" - em que a casa é um instrumento de reestruturação individual, com apoio técnico individualizado visando a integração social. Cerca de 220 pessoas foram retiradas das ruas de Lisboa nos últimos anos através deste programa, que lhes devolveu a dignidade e a identidade como pessoas e cidadãs); promoção do emprego (criação de emprego protegido/definição de quotas); acesso à mobilidade através de passes sociais gratuitos.

A democracia é incompatível com gente a viver na rua. É possível fazer muito mais. Em Lisboa, com recursos financeiros limitados (orçamento nas mãos da maioria), organizámos um dos maiores motores de integração social a que a cidade já assistiu.

Cecília Honório, Cascais | Lisboa

Dina Nunes, Lisboa | Lisboa

Nuno Veludo, Lisboa | Lisboa

Ricardo Fuertes, Lisboa | Lisboa

Teresa Bispo, Lisboa | Lisboa

LISBOA, DESAFIOS E RESPOSTAS DO PELOURO DE EDUCAÇÃO

Em 2017, o Bloco assinou um acordo de vereação para a cidade de Lisboa com o PS, assumindo responsabilidades nos pelouros da Educação e dos Direitos Sociais. A implementação das políticas do Bloco nestas áreas, espelhando o programa do partido para a cidade, tem-se pautado por critérios de exigência e diálogo, nunca abdicando da sua independência.

Quando a vereação assumiu o pelouro, o Município tinha responsabilidade direta sobre 84 escolas de 1.º ciclo e 74 jardins-de-infância. Em Lisboa, a taxa de insucesso e abandono é superior à média nacional, com nichos dramáticos em mais de 20% das escolas. 43 por cento dos alunos do 1.º Ciclo beneficia de Ação Social Escolar. Muitos, são alunos cujas famílias vivem em contexto desfavoráveis e com graves carências. Em contraste com estes números, a oferta privada face ao ensino público é muito superior à média nacional (1.ºCEB PT 12%, Lx 44%).

Lisboa é, portanto, um território a duas velocidades, onde coexistem situações sociais dramáticas com contextos de elite, não exclusivos do ensino privado.

Para fazer face a esta realidade, destacamos 10 medidas implementadas pelo pelouro:

1. Manuais escolares gratuitos. A política de gratuidade de manuais escolares começou em Lisboa, sendo depois alargada e implementada, como política nacional, no resto do país.
2. Melhoria das refeições escolares. Realizadas adaptações em 22 escolas permitindo a implementação plena do sistema de confeção local, melhorando a qualidade das refeições e a redução de 50 toneladas de plástico anuais. Implementação do Plano Municipal de Alimentação Escolar Saudável e criação de uma Equipa de Missão para o controlo da qualidade nutricional das refeições servidas.
3. Obras nas escolas. Para que as intervenções seguissem critérios técnicos objetivos, foi solicitado ao LNEC a realização de um estudo para avaliação do estado de conservação das escolas. Consequentemente,

foram lançadas obras de conservação em 55 escolas, no valor de 30 milhões de euros, e encerradas dois estabelecimentos que não ofereciam condições de segurança.

4. Segurança nas escolas. Não havia planos de evacuação e segurança feitos de forma sistemática e validados pela Proteção Civil. Neste momento, todas têm Medidas de Autoproteção (MAP) aprovadas ou Planos de Atuação Segurança na Hora.
5. Alargamento da rede de educação pré-escolar. Abertura de cerca de 800 novas vagas de JI, através da alteração de tipologia de escolas e do aproveitamento de salas encerradas.
6. Reforço do apoio às famílias através da ação social escolar
 - a. Fichas de atividades gratuitas até ao 9.º ano.
 - b. Refeições Gratuitas – A partir de setembro de 2020 todos os alunos beneficiários do ASE deixaram de pagar refeições
 - c. Apoio Financeiro individual - 200 euros para aquisição de material aos alunos com Medidas Adicionais e para quem os manuais e fichas curriculares não são pedagogicamente adequados;
7. Combate ao insucesso. Lançado o Programa Municipal de Combate ao Insucesso escolar que aborda a comunidade escolar como um todo por forma a alcançar uma plena integração de crianças e famílias.
 - a. Concurso “Fazer Acontecer”. Realização de um concurso que visa o financiamento de pequenos projetos, até 50 mil euros, desenhados à medida de cada escola, através de candidaturas individuais e que envolveram as comunidades escolares.
8. Aposta na cultura. Expansão do programa “Boca Aberta”, do Teatro D. Maria II, a todas as turmas de Pré-Escolar.
9. Diálogo com todas as Associações de Pais.
10. Resposta à Pandemia. Devido ao distanciamento social imposto pelas medidas de emergência foi imprescindível a criação de mecanismos de comunicação e apoio a todos os alunos, que permitissem mitigar os aspetos negativos do afastamento presencial da sala de aula:
 - a. Aquisição e distribuição de computadores
 - b. Criação de uma plataforma de aprendizagem universal dirigida ao 1º ciclo
 - c. Distribuição alimentar a alunos do ASE em isolamento
 - d. Distribuição alimentar a alunos do ASE e famílias durante encerramento das escolas

Um dos maiores desafios enfrentados foi o da descentralização das competências. Foi o primeiro grande acordo de regime do bloco central, ao qual o Bloco se opôs desde o primeiro momento. Na cidade de Lisboa, um processo precipitado e mal gerido traduziu-se num início de ano ainda mais conturbado, já que a autarquia assumiu responsabilidade sobre todas as escolas da rede pública da cidade. Porém, a vereação do Bloco sempre assumiu que faria todos os esforços para contrariar os efeitos nefastos de um processo com que não concorda e que não controla, mantendo um diálogo constante com toda a comunidade escolar.

A Escola Pública é um dos pilares da democracia. Melhorá-la foi o compromisso assumido pela vereação do Bloco de Esquerda, enfrentando os problemas com a toda a responsabilidade, contribuindo para a diminuição de assimetrias e garantindo as condições necessárias para oferecer uma escola de qualidade, onde todos têm lugar.

Mariana Avelãs, Lisboa | Lisboa

Ricardo Duarte, Lisboa | Lisboa

Ricardo Moreira, Lisboa | Lisboa

Rita Gorgulho, Lisboa | Lisboa

A PANDEMIA COVID-19, O DESPORTO E O SEU PAPEL ESQUECIDO NA SOCIEDADE

A pandemia da COVID-19 tem tido ao nível do mundo do desporto um impacto negativo altamente significativo, tanto a nível desportivo propriamente dito, como económico e social.

Em todo o Mundo, as competições desportivas têm sido suspensas ou canceladas, incluindo os maiores eventos desportivos agendados para 2020 e mesmo 2021.

É sabido, que estas medidas de suspensão da atividade desportiva, incluindo a formação, têm carácter preventivo, procurando com a minimização do contacto entre atletas, equipas técnicas, adeptos e respeitando a quarentena, minimizar a disseminação da COVID-19 no âmbito desportivo, quer nos treinos, quer nas competições.

Em Portugal, à semelhança da realidade mundial, a atual pandemia deixou o desporto de quarentena. As diferentes federações anunciaram a suspensão das respetivas competições, tendo um impacto maior nas modalidades coletivas.

Tal como referido do ponto de vista da sociedade em geral, também os atletas e os clubes desportivos estão a sofrer o impacto financeiro da interrupção da atividade desportiva, o que em alguns casos poderá colocar em causa a viabilidade económica de algumas associações e clubes. Brevemente, poderemos também verificar o nível desportivo, físico e mental dos atletas portugueses.

Mas, não é só uma questão económica que pode estar em causa, também a saúde pública, incidindo de forma particularmente nefasta nas camadas jovens da população portuguesa.

Os efeitos da suspensão de atividade desportiva no bem-estar físico e mental dos jovens, vai ter um impacto significativo no futuro.

A pandemia, e a obrigatoriedade do isolamento social, pode levar a ocorrência de problemas de mobilidade, assim como no foro da saúde mental. O estar isolado em casa torna-se desagradável e um eventualmente

problemático, a privação da liberdade, do contacto direto com os amigos e familiares, levanta problemas no tema das relações sociais. Torna-se assim, cada vez mais difícil de contrariar o desenvolvimento de sentimentos de tristeza, revolta, ansiedade ou mesmo frustração, que poderão ser crescentes com o evoluir do tempo.

É sabido que o desporto provoca bem-estar físico e mental, combate a sedentariedade, a obesidade, e suas doenças conexas, assim como ajuda a lidar com problemas de ansiedade e sintomas depressivos.

É aconselhável por todos os setores, por diretrizes internacionais, mas em Portugal o desporto tem sido considerado uma atividade paranormal, e assume-se mesmo que a sua retoma parece poder esperar uma eternidade.

Exemplo disso, são os vários planos desenvolvidos de apoio à pandemia, que revelam um total desprezo pelo desporto e pela atividade física.

O próprio Plano de Recuperação e Resiliência colocado recentemente à discussão pública, e que pretende ser um instrumento enquadrador da política pública para os próximos anos, revela que o desporto em Portugal, não é considerado estratégico, nem faz parte do plano de recuperação do Governo português.

Esta postura do Governo português vai contra o valor que o desporto tem na sociedade e na sua promoção da saúde e na prevenção da doença.

Exige-se medidas:

- Inclusão do desporto como pilar da sociedade, por ser uma atividade essencial para a saúde física e mental
- Dinamização do Desporto Escolar, como veículo de combate ao sedentarismo a promotor da saúde pública
- Criação de espaços informais, ao ar livre, para a prática de exercício físico
- Criação e Apoio de Programas Comunitários de Bairro, para o desenvolvimento da atividade física e do desporto, em especial junto dos mais desfavorecidos
- Criação do Gabinete do Desporto, para apoio local e direto aos Clubes, Associação e Atletas, no período pós-pandemia
- Desenvolvimento de Programas de apoio social, que permitam a mais jovens a prática do desporto
- Desenvolvimento de Programas de apoio ao Alto Rendimento, e seus intervenientes

É tempo de dizer: Nada nem Ninguém fica para trás nesta pandemia

João Bárbara

Portimão | Faro

6 TESES SOBRE O MANDATO DE LISBOA

1) O Bloco mudou a política em Lisboa

A eleição de um vereador do Bloco de Esquerda na capital, em 2017, criou condições novas para a política na capital. O fim de uma década de maiorias absolutas do PS abriu espaço para um acordo com o Bloco para responder aos grandes problemas da cidade, com novos compromissos planeados e tornados públicos.

2) Responder à crise social é tarefa da esquerda

A pandemia venceu problemas como a desigualdade e a pobreza, o desemprego e a precariedade. São principalmente os trabalhadores informais, as pessoas mais pobres, os desempregados, os precários e as pessoas com baixos salários que estão a sofrer mais com a crise social.

Em tempos difíceis, a escolha tem de ser pelas condições de vida das pessoas e o Bloco deixou claro que a Câmara Municipal de Lisboa não podia deixar ninguém para trás. Face a isso só houve uma resposta: reforçar o investimento público e a organização da resposta social.

Instalamos uma resposta articulada de apoio social e o orçamento executado duplicou. Foram disponibilizadas centenas de emergências e 380 vagas de habitação em housing first para pessoas em situação de sem abrigo, foi criada uma rede municipal de apoio alimentar para milhares de famílias, manteve-se o apoio alimentar escolar durante o encerramento das escolas, foram criados apoios para mulheres vítimas de violência e apoios na área da saúde, incluindo a saúde mental. O Fundo de Emergência Social para apoio às associações e às famílias foi reforçado.

Certamente que pode ser feito mais. Esta crise social exigirá mais investimento público e dedicação e o Bloco proporá todas as medidas necessárias para responder a quem mais precisa.

3) O Bloco provou estar à altura das suas responsabilidades.

Em Lisboa, coube ao Bloco montar a rede de apoio social. Os pelouros dos Direitos Sociais e da Educação tiveram a responsabilidade de atenuar a pobreza e a privação material neste ano de pandemia.

Já antes de mostrar capacidade de resposta à crise pandémica, o Bloco tinha provado estar à altura da responsabilidade com medidas de transformação nas escolas - manuais gratuitos para toda a escolaridade, do 1.º ao 12.º, mais 800 vagas de pré escolar e refeições sem plástico e com confeção local -, o mesmo aconteceu nos programas de saúde, nos séniores, na juventude, no antirracismo, no acolhimento dos refugiados, nos direitos LGBTI+, nas pessoas com consumos, mostrando novas formas de fazer política.

4) Fazer a diferença

Em 2017, Medina dizia não saber o que era “turismo a mais” e foi a força do Bloco que permitiu duplicar a taxa turística e regular o Alojamento Local.

O investimento na Carris ou o investimento nas políticas de habitação em Lisboa, incluindo um novo Programa de Renda Acessível (PRA) 100% Público, a reabilitação dos bairros municipais ou a construção de novas residências universitárias, são medidas que têm a marca do Bloco na cidade.

Provou-se que o acordo foi uma decisão acertada porque criou respostas para quem mais precisa e criou ferramentas contra a especulação. Nas próximas eleições é preciso mais força da esquerda para aprofundar esse caminho.

5) Habitação: a grande falha

Antes da pandemia, com a explosão do turismo e dos vistos gold, milhares de pessoas estavam a ser expulsas da cidade: novos e velhos não tinham como viver em Lisboa, onde o custo da habitação ultrapassa os 70% do rendimento das famílias. A crise sanitária só agravou a crise na habitação.

O PS não usou as ferramentas acordadas com o Bloco para resolver a crise na habitação. Apesar de o Tribunal Constitucional ter chumbado o Programa Renda Acessível (PRA) em versão PPP, a Câmara insistiu no modelo e falhou na sua execução: apenas o PRA Público, proposto pelo Bloco, entregou casas para arrendar às famílias de Lisboa. Na 25ª hora, a tentativa de subalugar casas com rendas acessíveis saldou-se por números insuficientes.

Só a habitação pública pode defender o direito à habitação e controlar os preços das casas em Lisboa.

6) Maiorias sociais para responder à crise, garantir habitação e responder à emergência climática

O Bloco em Lisboa tem a responsabilidade de contribuir para maiorias sociais que defendam as pessoas afetadas pela pandemia, que fomentem políticas de pleno emprego, que defendam o direito à habitação e que tomem a sério a emergência climática. Só essa mobilização por uma cidade solidária pode garantir Direito à Cidade, responder às políticas da direita e à política do medo.

Cecília Honório, Cascais | Lisboa

Filipa Gonçalves, Lisboa | Lisboa

Helena Figueiredo, Lisboa | Lisboa

Isabel Pires, Lisboa | Lisboa

José Manuel Boavida, Lisboa | Lisboa

Leonor Rosas, Lisboa | Lisboa

Manuel Grilo, Lisboa | Lisboa

Nuno Veludo, Lisboa | Lisboa

Ricardo Moreira, Lisboa | Lisboa

Vasco Barata, Lisboa | Lisboa

DEFENDER O DIREITO À HABITAÇÃO, REFORÇAR A LUTA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O direito à habitação sofreu, no período da troika e dos governos PSD/CDS, um ataque sem precedentes - Lei Cristas no arrendamento banalizou o despejo e desvalorizou o poder de um contrato; os vistos gold e o Regime de Residentes Não Habituais contribuíram para o aumento do preço das casas para valores especulativos.

Os inquilinos defenderam que a “lei dos despejos” fosse revogada e o Bloco de Esquerda sempre propôs que as normas gravosas fossem alteradas e se protegesse quem se via na iminência de perder a casa onde sempre viveu. Infelizmente, em 2019, ainda durante a “geringonça”, o Partido Socialista não aprovou as medidas no sentido da reversão total destas injustiças, que afetavam primeiramente as pessoas idosas e que foram agora consideradas inconstitucionais.

Portugal nunca apostou numa política de habitação pública, tendo deixado entregue a provisão de um direito essencial, do qual depende o acesso a outros direitos, na mão de privados. O diagnóstico é há muito conhecido e nunca teve a resposta política evidente que necessita: investimento público, reabilitação e habitação pública e o reconhecimento de que falamos de direitos humanos e constitucionais que têm de ter uma resposta coletiva, de solidariedade e com uma forte componente pública. Em países do Norte da Europa temos mais de 20% de habitação pública e aí a resiliência à crise habitacional tem sido maior. Em Portugal falamos em apenas 2%.

O Observatório Nacional Luta Contra a Pobreza, no seu relatório de março de 2019, revela diversos dados importantes para compreender o custo da habitação. A taxa de sobrecarga nos arrendatários “passou de cerca de 17,6% em 2010 para valores que rondam os 35% desde 2012 e estão, em 2017, na casa dos 28%”¹, sendo que há uma grande disparidade de valores conforme a região do país.

No ano passado, saíram dois relatórios² que vieram reafirmar o que Leilani Farha tinha concluído já em 2016 quando veio a Portugal³ enquanto relatora da ONU para o direito à habitação: Portugal deixa de fora do acesso a uma habitação digna dezenas de milhares de pessoas. O Levantamento do IHRU feito em 2017 identificava quase 26.000 e não contava com uma grande parte destas populações: quase 30% dos municípios respondeu que não teria carências habitacionais.

O parlamento desenhou uma Lei de Bases da Habitação que assume questões importantes, como o papel do Estado no garante do direito à habitação e uma estruturação de instrumentos públicos para intervenção, mas que acaba por não combater devidamente os instrumentos de financeirização. É necessário que este esforço se converta em legislação específica que assegure o direito efetivo a uma habitação adequada. Será também necessário transpor para lei muitas das propostas da Lei de Bases da Habitação, como a dação em cumprimento, as novas estruturas de habitação que pretendem vir a ser os primeiros passos para um Serviço Nacional de habitação, com uma estruturação muito mais consequente deste serviço, que deve também ter um pendor público muito mais decisivo.

O governo do Partido Socialista sempre se recusou a mexer no sector rentista. Mas é necessária uma intervenção decidida e de mudança de paradigma na forma de propriedade das cidades, e o Estado tem o dever de garantir o Direito à Habitação. A resposta passa pelo investimento decidido em Habitação Pública, na criação de um Serviço Nacional de Habitação e na garantia de respostas de arrendamento públicas que protejam os inquilinos dos ventos e tempestades do mercado. É, ainda, necessária uma resposta que combata a financeirização dos solos, a acumulação de apartamentos e casas vagas, nomeadamente pela Banca e Fundos de Investimento, e que estas casas passem a estar ao serviço da função social da habitação.

O Estado Central tem, também, de disponibilizar o edificado público devoluto, que é uma enormidade, para que se reabilite este edificado para habitação pública. Os 170 000 fogos a construir até 2026, devem ser antecipados e ser construídos na totalidade até ao final da próxima legislatura. E deve ser um esforço público para que deixemos de ter uma das taxas mais baixas de habitação pública da Europa.

A solidariedade e mobilização das cidades Europeias contra a crise da habitação é essencial e tem sido notória. Os movimentos sociais pelo direito à habitação têm-se reforçado e ampliado a sua voz. Têm sido dados alguns passos para que as lutas de cada país se somem e aprendam com as diferentes experiências de organização. Em Portugal o movimento tem conseguido captar mais atenção mediática, que aumenta com o crescer das dificuldades habitacionais. Continua a ser premente a mobilização de todo o Bloco de Esquerda nesta área, nomeadamente das e dos autarcas que melhor conhecem o seu território e as suas carências.

Vasco Barata, Lisboa | Lisboa

Maria Manuel Rola, Lisboa | Lisboa

Fábio Salgado, Lisboa | Lisboa

TRANSPORTES PÚBLICOS NO DISTRITO DE BRAGA

Braga é um distrito onde as desigualdades fazem parte do dia-a-dia dos habitantes. No entanto, e tal como em quase todo o país, há um problema de fundo que parece ser ignorado pela administração central, instrumentalizado pelos executivos camarários e tido como uma inevitabilidade pelos residentes - a qualidade, os horários e as ligações de transporte dentro e entre os concelhos.

Braga, capital do distrito e a sétima maior cidade do país, a nível demográfico (terceira se excluirmos os municípios que integram as Áreas Metropolitanas de Porto e Lisboa), é um bom exemplo do défice de transportes públicos. Tal como todas as cidades, está dividida em zonas: a zona da Universidade, a zona do centro-histórico, os subúrbios, e assim em diante, o que exige respostas múltiplas para necessidades diversas. No entanto, a insuficiência dos transportes públicos impera numa cidade que foi feita para carros. As carreiras (trajetos) de autocarro não são suficientes para as necessidades das populações, com especial destaque para o horário noturno. A par disso, a falta de veículos em circulação - em período de pandemia, inúmeros autocarros circulavam diariamente em sobrelotação, incumprindo as normas sanitárias (uma imagem comum a diversas zonas do país e a diferentes tipos de transporte). Em suma, Braga tornou-se numa cidade segregadora, em que quem possui transporte privado consegue circular, enquanto que quem não tem vê-se obrigado a circular de forma precária ou, até mesmo, a restringir a sua circulação.

A falta de transportes públicos é um problema sentido em todo o distrito, em que a (não) ligação entre concelhos é notória, constituindo um entrave à mobilidade de grande parte da população.

Desde logo, as ligações entre as quatro maiores cidades do distrito (Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão), organizadas no designado “Quadrilátero Urbano”, não estão devidamente asseguradas. A

nível ferroviário, por exemplo, para se deslocar entre Braga e Guimarães, cidades que distam cerca de 20 quilómetros, uma pessoa tem que o fazer num horário reduzido, numa viagem que demora cerca de 2 horas, obrigando a transbordo. A nível rodoviário, a limitação é factual, com os horários das carreiras a terminarem bastante cedo. A partir de determinada hora, quem utiliza transportes públicos não se pode deslocar (uma certa lógica de “ou vai de carro, ou não vai”). O mesmo se verifica ainda de forma mais alarmante aos fins-de-semanas, em que os veículos em circulação são praticamente inexistentes. Fora das maiores cidades do distrito esta questão é ainda mais agravada, pois as limitações a nível de horários e a falta de veículos em circulação são mais gritantes.

A tudo isto, acrescenta-se o facto de os tarifários terem um custo mensal elevado, o que leva a que muitos habitantes do distrito acabem por não considerar os transportes públicos como um meio de deslocação viável.

Além das graves consequências económicas e sociais causadas por esta carência, com a utilização de transportes privados crescem-se consequências a nível ambiental, em pleno momento de emergência climática.

Cabe ao Bloco de Esquerda continuar a levantar as questões do preço, da qualidade, da acessibilidade para todas as pessoas, de horários e do número de veículos em circulação, exigindo maior investimento nos transportes públicos, mudanças no Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes (PART) e lutando pela democratização do acesso aos transportes públicos. Através do combate às assimetrias regionais, assegurando uma maior coesão territorial, é possível salvaguardar os interesses das e dos habitantes das diferentes zonas do país.

Miguel Afonso Martins, N.º 13852

Barcelos | Braga

TEXTO CONTRIBUTO CONFERÊNCIA AUTÁRQUICA DO BLOCO DE ESQUERDA

Segundo o lema desta conferência autárquica do BE, “Autarquias na linha da frente, ninguém deve ficar para trás”, venho com este contributo reforçar a importância que o poder autárquico tem, para resolver situações concretas dos cidadãos no seu território e de como poderão fazer a diferença na diminuição de desigualdades e defesa de pessoas em situação de grande vulnerabilidade, agravadas pela situação de pandemia, como são as pessoas com deficiência.

Ao defender a igualdade plena, percebo que neste manifesto autárquico o Bloco de Esquerda poderia ter ido mais além nas propostas programáticas de apoio à pessoa com deficiência, quando a nível local muito pode ser feito.

Primeiramente, na promoção de uma maior monitorização e diagnóstico da população segundo a sua funcionalidade, depois com a criação de políticas públicas com programas específicos, devendo ser um agente que garanta o cumprimento de legislação em vigor. Por exemplo, as autarquias são fundamentais

para a participação das crianças e jovens com deficiência, promovendo uma verdadeira escola inclusiva, tendo a possibilidade de formação de assistentes operacionais e sensibilização de toda a comunidade escolar para a complexidade do tema, criação de equipas técnicas multidisciplinares de apoio às escolas, alteração de barreiras arquitetónicas, aquisição de materiais pedagógicos e equipamentos tecnológicos de apoio adaptado.

Reforço que, uma abordagem à deficiência baseada nos direitos humanos válida, e reorienta a legislação e as políticas públicas pelo reconhecimento do valor e dignidade humana de todas as pessoas com deficiência, garantindo-lhes o gozo pleno do seu estatuto de cidadãos, com todos os direitos e liberdades inerentes.

Contudo, as pessoas com deficiência e muitas das suas famílias continuam especialmente vulneráveis à exclusão social, por carência de diferentes condições – discriminações permanentes, isolamentos, restrições sociais, assaltos abusivos à identidade e estima próprias.

“Nada sobre nós sem nós” é hoje o grito que define o movimento internacional das pessoas com deficiência. Impõe-se assim uma nova forma de fazer política pública nesta área, que deverá contar com a voz ativa dos cidadãos com deficiência.

Atualmente, encontra-se em construção a Estratégia Nacional para a inclusão das pessoas com deficiência (ENIPD) 2021-2025, a mesma, prevê já algumas e esperadas alterações em respostas sociais já existentes, alterações essas, baseadas numa mudança de modelo de intervenção, mais próximo do modelo social de direitos fundamentais, com proposta de políticas públicas voltadas para a vida independente, com vista a dar uma resposta mais próxima ao que está estabelecido na Convenção dos direitos da pessoa com deficiência (CDPD, 2006). Estas mudanças irão ter um impacto direto nas respostas sociais, questões como a desinstitucionalização da pessoa com deficiência e a sobrevivência das instituições, serão temas polémicos da atualidade, neste momento em grande debate público e que sabemos ser complexo. Será uma mudança de modelo em que existirão alterações no funcionamento de algumas respostas sociais na área da deficiência, num trabalho com diferentes organizações num apoio cada vez maior em contexto de domicílio, nas atividades da vida diária e no acesso à educação, cultura, desporto, lazer e ao mercado de trabalho.

No manifesto autárquico proponho como exemplo, algumas propostas que poderão genericamente ser propostas, devendo ser ajustados a cada município.

- Criação de um Gabinete de apoio e acompanhamento às pessoas com deficiência, composto por equipa multidisciplinar, que em rede com as diferentes organizações do território, deverá garantir a inclusão da pessoa com deficiência nas diferentes dimensões da sociedade, para a sua participação plena no seu concelho. Um gabinete de apoio à criança e jovem com deficiência, apoio à escola inclusiva, apoio ao emprego e apoio à vida independente.
- Disponibilizar os equipamentos tecnológicos e outros materiais pedagógicos necessários para o desempenho escolar das crianças e dos jovens com diferentes níveis de funcionalidade garantindo a concretização de uma “verdadeira” escola inclusiva.
- Criação de um Bolsa de formação autárquica para toda a comunidade escolar e outras organizações do território, específica para áreas relacionadas com o neuro desenvolvimento em pediatria, direitos humanos e pessoas com deficiência e desafios da escola inclusiva.

Em conclusão, o que pretendi neste texto foi reforçar a importância do Bloco de Esquerda a nível autárquico, na luta dos direitos da pessoa com deficiência. Conhecendo e reconhecendo a importância do trabalho

realizado pelo Bloco de Esquerda nesta temática, acho que a temos de transferir também para a luta autárquica, tendo bem consciente o que defendemos e adequando ao diagnóstico social local.

Paula Cristina Vieira Teixeira

Loures | Lisboa

RESPOSTAS NO CONSUMO ASSISTIDO EM LISBOA: CONQUISTAS NOS DIREITOS HUMANOS

Ao longo dos anos foi-se percebendo que a abordagem às dependências tem de ser feita nas várias áreas (prevenção, redução de danos em fases ativas de consumo, tratamento e inserção social), reconhecendo que não há respostas mágicas ou que funcionem de forma isolada. Aprendemos que as soluções mais eficazes aliam o pragmatismo aos direitos humanos. Portugal adotou esta visão há 20 anos e mostrou ao mundo que se podem construir propostas eficazes na área das drogas, desafiando a ordem estabelecida das coisas.

A Comissão para a Estratégia Nacional de Combate à Droga em 1998 referia o seguinte:

A aproximação às estruturas de saúde permite facultar informação séria sobre os riscos envolvidos, como se evitam ou minimizam. Torna-se indispensável aplicá-la no terreno em Portugal, o que implica, antes de mais, assumi-la sem tibiezas no plano do discurso oficial referente às estratégias visando o controlo e diminuição do problema das drogas. O seu objetivo é diminuir ou eliminar os riscos corridos e danos causados pelo consumo de drogas, em todas as situações, mesmo quando o consumo se mantém”.

Nesse momento existiu a inteligência e a sensibilidade para se perceber que persistiam e continuam a existir consumos de alto risco, em pessoas muito vulneráveis do ponto de vista social e de saúde, e que não avançamos coletivamente em termos de direitos e saúde pública se deixarmos populações à margem.

Nessa sequência, a legislação descriminalizaria o consumo de substâncias (ano 2000) e regularia os programas e estruturas nesta área (2001), incluindo gabinetes de apoio, centros de acolhimento e abrigo, programas de metadona de baixo limiar, programas de troca de seringas e equipas de rua.

A implementação destas estruturas e os bons resultados conseguidos tornaram-se um estudo de caso para outros países, não só pela redução nos consumos de risco, diminuição nas novas infeções pelo VIH e mortes por overdose, mas também pelo amplo consenso político e social que esta abordagem mereceu.

Houve, no entanto, uma resposta prevista na legislação de 2001 que nunca chegou a ser implementada: os Programas de Consumo Vigiado ou Salas de Consumo Assistido.

Existiram várias tentativas por parte de quase todos os executivos municipais, da esquerda e da direita. Essas tentativas nunca chegaram a ser concluídas com sucesso, apesar das reivindicações dos profissionais de terreno e da necessidade identificada nos diagnósticos oficiais.

Conhecer este contexto permite reconhecer a importância da concretização da primeira sala de consumo assistido móvel em Portugal pela mão do Bloco em Lisboa.

Esta Unidade Móvel está no terreno desde abril de 2019. Após um ano e meio de intervenção contabiliza um total de 3148 atendimentos, 43% dos quais relacionados com consumo, sendo os restantes para acompanhamento social e de saúde. A equipa registou um total de 191 utentes regulares. Uma morte por sobredosagem foi evitada, realizaram-se mais de 600 rastreios de VIH e hepatites virais, nos quais foram identificadas 70 infeções. 118 pessoas foram encaminhadas voluntariamente para tratamentos e outros serviços de saúde.

As pessoas atendidas consomem em média há quase 20 anos, 74% dos utentes são pessoas em situação de sem-abrigo. Entre os utentes do Programa que são utilizadores por via injetada, a média de anos de consumo é de 18 anos, 31% consome há mais de 20 anos, 61% injeta todos os dias; 20% vive com VIH; 55 % tem hepatite C.

Tal como se previa, as pessoas que mais têm procurado a Unidade Móvel são as pessoas com uma situação de saúde e social mais fragilizada, com muitos anos de consumo. Cumpre-se assim o objetivo - chegar à população mais frágil, identificar as suas necessidades e encaminhá-las para outros serviços da rede.

A implementação desta solução abre caminho e confiança para discutir novas intervenções e reformas necessárias que façam avançar direitos e a saúde pública.

As autarquias, quando há contexto que o justifique, ou seja, nos casos em que os diagnósticos das entidades de saúde responsáveis mostrem essa necessidade, devem envolver-se ativamente na criação de salas de consumo assistido e de outras respostas que sejam identificadas como necessárias.

O ponto de partida pode ser reduzir os riscos no consumo, mas simultaneamente devem ser abordados o acesso à saúde e às estruturas do SNS, a resolução de questões burocráticas que possibilitem o acesso a direitos sociais, o desenho de soluções de emprego num processo contínuo e adaptado, entre outras. Outros tipos de consumos, como o álcool, devem também ter resposta semelhante, perdendo-se o preconceito à esquerda de o debater como um consumo problemático e com impacto na comunidade, principalmente nos mais vulneráveis.

A abertura da primeira Sala de Consumo Assistido abre portas a projetos semelhantes noutros territórios. Coragem e vontade política fizeram a diferença. Seguir-se-ão mais 2 unidades fixas.

Ricardo Fuertes, Lisboa | Lisboa

Cecília Honório, Lisboa | Lisboa

Nuno Veludo, Lisboa | Lisboa

